

Ulysses tenta superar impasse do sistema de governo

BRASÍLIA — O presidente José Sarney quer presidencialismo com Congresso forte e o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) defende a divisão de poderes entre o presidente da República e o primeiro-ministro. Para resolver esse impasse, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, sugere uma fórmula intermediária, onde a forma de governo se resume na negociação permanente entre os poderes. Essas três personalidades entram em cena na reta final da Constituinte e tentarão, através de emendas a serem apresentadas por terceiros, fazer prevalecer suas teses sobre o sistema que acham mais adequado para o país.

Até amanhã, no entanto, as lideranças partidárias ainda lutarão por uma fórmula de consenso que, antecipadamente, consideram difícil. "O entendimento existe, mas não sei se chegará a bom termo", afirma Ulysses. "É claro que estamos tentando um acordo, mas está difícil", reconhece o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo e coordenador da fórmula de Sarney. "Podemos até chegar a um meio-termo, desde que prevaleça a fórmula parlamentarista em sua essência", observa o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), integrante do grupo de Arinos.

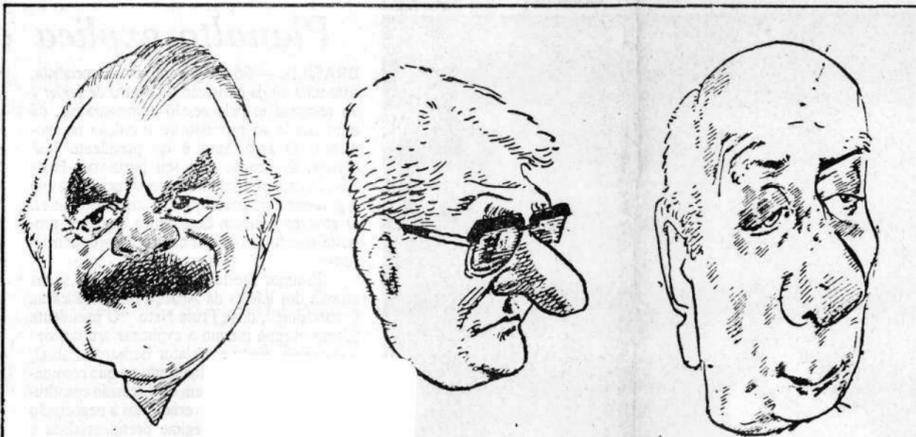
Sem Sarney — "Fórmulas, fórmulas. O povo não está entendendo nada. E só vai entender e gostar quando ficar esclarecido que, a partir de janeiro de 1988, Sarney não vai mais governar", afirma o senador Severo Gomes (PMDB-SP), que adotou o parlamentarismo como princípio programático desde que assinou, na década de 50, a ficha de filiação ao extinto PL.

A emenda Sarney não será apresentada por Sant'Anna, mas o líder não revela quem fará o papel de autor. Sua elaboração teve participação direta de assessores do presidente. A do senador Afonso Arinos foi confeccionada a partir de uma emenda do senador José Fogaça (PMDB-RS). Já a proposta de Ulysses foi preparada basicamente pelo jurista Miguel Reale Junior e pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

Até dentro do governo, principalmente entre os ministros, não existe consenso sobre o sistema de governo. "Quem me ensinou a ser parlamentarista foi o próprio presidente Sarney", ironiza um de seus ministros. O deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), amigo de Ulysses, endossou a afirmação, ao repelir tentativa de alijamento do deputado Sarney Filho (PFL-MA). "Com aquele memorável discurso feito da tribuna pelo então senador José Sarney, eu acho que, a partir dali, o parlamentarismo começou a brotar dentro do Congresso", respondeu ao filho do presidente.

Veredito de Tancredo — O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que tem participado dos encontros promovidos por Sarney com parlamentares para obter apoio ao presidencialismo, carrega no bolso um veredito do fundador da Nova República, Tancredo Neves, contra o parlamentarismo. É a transcrição de uma conferência na Assembleia Legislativa de Minas, na qual Tancredo advertia para os perigos dos parlamentarismo, ressaltando que os militares e as lideranças sindicais nunca apoiaram essa forma de governo. Dizia isso para alertar que, sem o apoio dos quartéis e sindicatos, não se consegue mudança política profunda.

O deputado Ulysses Guimarães, que foi ministro na fracassada experiência parlamentarista de 1961-63, não combate o governo de gabinete.



O modelo de cada um

Sarney — Preponderância do presidente e da ação do Legislativo, mas com limites demarcados. Não tem primeiro-ministro. O Congresso é forte, podendo controlar, fiscalizar e embargar atos do governo. Não existe Conselho de Ministros. Mas os ministros podem receber censuras do Congresso, exceto os militares. O Congresso examina planos de desenvolvimento do governo e aprova, por exemplo, o seu programa de política externa.

Arinos — A novidade é o direito de, em caso excepcional, o presidente da República poder exonerar o primeiro-ministro, autorizado pelo Conselho da República. Divisão clara de competências: o presidente é chefe de Estado e o primeiro-ministro é chefe de governo. O Conselho da República, na prática, equivale ao atual Conselho Político, mas com a inserção dos líderes das minorias. Todos os ministros, sem exceção, podem receber censuras.

Ulysses — O presidente é chefe de Estado e de governo, mas o primeiro-ministro é eleito com poderes de coordenar a ação do governo. Ele é o negociador entre Executivo e Legislativo, podendo opinar sobre a escolha de ministros (é o que Ulysses tenta ser hoje com Sarney). O Conselho da República é integrado pelos presidentes da Câmara e do Senado e pelos líderes da maioria nas duas Casas. Todos os ministros, inclusive os militares, podem ser censurados.

Arinos se emociona e pede confiança

Numa palestra emocionada em que defendeu o parlamentarismo para 100 diplomados da Escola Superior de Guerra (ESG), o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) disse que, se adotar este sistema, o Brasil "irá liderar toda a América Latina" na direção de mudanças semelhantes. Repetiu sua tese de que, historicamente, o presidencialismo só vingou nos Estados Unidos, ainda assim por circunstâncias especiais, graças à Suprema Corte.

Arinos pediu um voto de confiança para a Constituinte, atribuindo os problemas atuais à ausência de um esboço constitucional prévio que servisse de referência aos parlamentares. "Confiam na Constituinte, confiem em nós", disse, no final de sua palestra, no auditório Nereu Ra-

mos, na Câmara. Emocionado, Arinos recebeu uma medalha da delegacia brasileira da Associação dos Diplomados da ESG (AdeSG) e, referindo-se à sua idade, disse: "Já estou na última etapa de minha luta."

Segundo Arinos, a comissão de estudos constitucionais, que presidiu no ano passado, preparou o texto que deveria servir de roteiro à Constituinte. Repetiu que o presidente José Sarney só não encaminhou aquele texto à Constituinte porque previa o sistema parlamentarista. "Eu disse isso para ele e ele (Sarney) ri e disse que não. Eu também ri e disse que sim", comentou o senador.

Quando um capitão-de-mar-e-guerra perguntou se o parlamentarismo seria, hoje, o sistema mais adequado ao Brasil, Arinos respondeu que sim, com o argumento de que "o presidencialismo nunca funcionou no Brasil e fora dele, exceto nos Estados Unidos". E, no caso dos EUA, porque o presidencialismo "está irremediavelmente vinculado à Suprema Corte".

O senador disse que a Suprema Corte, desde 1803, já promulgou 4 mil decisões constitucionais, "que correspondem a uma biblioteca de 100 volumes" e que aquela instituição é tipicamente americana. Citou um exemplo: toda a base da legislação trabalhista dos EUA não foi iniciada nem do presidente da República, nem do Legislativo, mas da Suprema Corte.

Quando um capitão-de-mar-e-guerra perguntou se o parlamentarismo seria, hoje, o sistema mais adequado ao Brasil, Arinos respondeu que sim, com o argumento de que "o presidencialismo nunca funcionou no Brasil e fora dele, exceto nos Estados Unidos". E, no caso dos EUA, porque o presidencialismo "está irremediavelmente vinculado à Suprema Corte".

Richa quer mudança gradual

O senador José Richa (PMDB-PR) encomendou ao jurista Geraldo Ataliba um estudo sobre um sistema parlamentarista para ser implantado gradualmente pelo presidente José Sarney, a partir de 1989, e completado somente pelo futuro presidente da República, o último que seria eleito diretamente. Depois deste período de transição, propôs Richa ontem, o parlamentarismo deve ser de tipo clássico, com o presidente eleito pelo Congresso.

Um esboço dessa proposta começou a ser discutido pelo "grupo dos 32", o grupo interpartidário liderado por Richa. Até sábado, o resultado do debate será apresentado em forma de emenda ao substitutivo constitucional do relator da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM). Richa rejeitou o parlamentarismo do projeto de Cabral. "Nas condições brasileiras, parlamentarismo com eleição direta para presidente é algo intransponível", disse.

Disse ainda que não admite a hipótese de implantação do parlamentarismo sem um longo período de transição. "Se esta preliminar não for vitoriosa, voto pelo presidencialismo". Caberia a Sarney, segundo a proposta do senador, "tomar as medidas preparatórias para fazer o parlamentarismo irreversível" (junto aos partidos e à administração). Este processo só deveria começar em 1989, pois 88 será dedicado à legislação complementar à Constituinte.

Poder moderador — Pelo esboço de Richa, o presidente é o chefe do Estado e o "árbitro das instituições", cabendo a ele o papel de "poder moderador nos momentos de transição". O presidente nomeia o gabinete, dissolve e convoca a Câmara dos Deputados, promulga e veta projetos de lei, nomeia

"servidores estáveis" e os comandantes das Forças Armadas, preside o Conselho de Estado e o Conselho de Defesa.

O primeiro-ministro, pela proposta, é o chefe do governo e "o líder da administração". Ele indica os ministros ao presidente, elabora projetos de lei e o orçamento, prepara nomeações, presta contas ao Congresso e assessoria o presidente. A proposta sugere voto de confiança explícito, pedido pelo primeiro-ministro à Câmara, admite a moção de censura e a dissolução da Câmara.

O deputado Konder Reis (PDS-SC), relator da Constituição de 1967 e integrante do grupo de Richa, disse que a transição para o parlamentarismo terá necessariamente que se dar ao longo do mandato do presidente Sarney, caso a proposta seja aprovada.

Divergências — A proposta deverá ter a oposição do grupo parlamentarista do PMDB, que estuda uma fórmula mista, para vigorar já após a promulgação da Constituição. O deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse que parlamentaristas de outros partidos deverão discutir até sábado uma emenda conjunta, modificando a proposta de Cabral. Haverá divergência também com o senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

Richa disse que não concorda com a fórmula "mista", pela qual o parlamentarismo se compatibiliza com eleição presidencial direta, "pois o poder tem que ser explicitado, sob risco de conflitos permanentes". Arinos voltou a rejeitar o argumento de que, eleito com milhões de votos, o presidente criaria uma situação de desequilíbrio de força em relação ao primeiro-ministro. "O primeiro-ministro fala pelo conjunto da Câmara, que sempre terá mais votos que o presidente", disse Arinos.



Cabral (C) recebe pressões políticas e classistas

Emendas passam de 5 mil

De sexta-feira até as 19h de ontem, a Comissão de Sistematização recebeu 5.601 emendas ao projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral. Os parlamentares estão aproveitando esta última etapa de apresentação de emendas — o prazo final seria ontem, mas foi prorrogado até sábado — para tentar incluir no próximo substitutivo de Cabral todas as propostas derrotadas em fases anteriores, inclusive as populares. E a pressão dos grupos não tem sido pequena: nos dois últimos dias, o relator recebeu em seu gabinete 252 pessoas, representando índios, artistas, juizes, procuradores, negros, delegados de polícia e outros.

Ontem de manhã, por exemplo, 51 defensores públicos chegaram, juntos, ao gabinete do relator, para reivindicar melhor tratamento para a categoria no projeto de Constituição. O grupo, de tão grande, assustou a segurança da Câmara, que foi até o gabinete de Cabral para saber ele estava "precisando de ajuda".

Escondido — Mas enquanto os assessores dos parlamentares faziam fila na Comissão de Sistematização para apresentar as emendas e os grupos de pressão percorriam os gabinetes do Congresso, os relatores-adjuntos, e as lideranças do PMDB e do PFL passaram a tarde reunindo-se para decidir, a partir de agora, o que fazer com os pontos polêmicos. Cabral, depois da confusão com os militares, deixou para as lideranças a negociação com o Governo sobre questões como o papel das Forças Armadas, Reforma Agrária e sistema de go-

verno.

Num trabalho paralelo, desde domingo, segundo um assessor, Cabral tem se reunido diariamente "num escondelo" com o deputado Adolfo de Oliveira, o vice-reitor da Universidade de Santos, Vicente Cascione, e o jurista Sérgio Ferraz para rever todas as falhas no seu projeto, a partir das críticas que recebeu. Na questão das Forças Armadas, segundo um dos assessores, o relator decidiu não mexer uma vírgula do texto "para aguardar eventual negociação". O líder do Governo, até sexta-feira, apresentará uma emenda restabelecendo o antigo texto sobre o papel das Forças Armadas, ou seja, o mesmo que permite aos militares tomar a iniciativa de intervenção nos casos de desrespeito da lei e da ordem.

Hoje, às 9h, o relator reúne-se no Banco do Brasil com todos os relatores-adjuntos para rediscutir o projeto e decidir novas fórmulas de negociação.



Ulysses, diante dos líderes, dá mais 14 dias para negociação antes da votação

Atraso chega já a 18 dias

O deputado Ulysses Guimarães aceitou adiar por 14 dias os prazos da próxima fase de trabalho da Constituinte. Ele achou razoável as ponderações da cúpula do PFL, que argumentou serem estes os últimos dias para negociação entre os partidos políticos antes da votação do anteprojeto do relator Bernardo Cabral.

Esta é a segunda vez que Ulysses prorroga os trabalhos da Constituinte. Há duas semanas, concedeu quatro dias além do previsto no regimento interno para que Bernardo Cabral apresentasse o seu substitutivo. No total, já são 18 dias de atraso. Ulysses espera, entretanto, descontar esses dias no período de votação no plenário para não alterar a data em que espera promulgar a nova Constituição, 15 de novembro.

Os novos prazos

5 de setembro — Às 24hs, encerra-se o período de apresentação de emendas ao primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral.

15 de setembro — O relator deve entregar o seu segundo substitutivo, incorporando algumas emendas e rejeitando outras que julgar necessárias.

16/17 de setembro — Publicação do novo substitutivo e distribuição de avulsos.

18 de setembro a 2 de outubro — Votação do substitutivo na Comissão de Sistematização.

Proteção do ambiente pode sair do Estado

A preservação do meio-ambiente poderá deixar de ser uma prerrogativa exclusiva do estado se vingar a campanha que está sendo desenvolvida por ambientalistas como os deputados federal Fábio Feldman (PMDB-SP) e estadual Celso Minc (PV-RJ), segundo os quais o problema deve ser tratado por entidades não-governamentais, organizadas pela sociedade civil. Tendo como base a recém-criada Fundação SOS Mata Atlântica, tentarão utilizar numa série de projetos o dinheiro enviado ao Brasil pelo Banco Mundial para preservação e aqui utilizado até para desmatamento e abertura de estradas, segundo Feldman. A entidade pretende angariar recursos junto a empresários nacionais e envolvê-los cada vez mais no problema da preservação do meio ambiente.

Cumprindo primeiro mandato, eleito por 46 mil votos majoritariamente de conservacionistas, Fábio Feldman acredita, no entanto, que o Brasil terá a Constituição mais avançada do mundo quanto à questão do meio-ambiente. Ele destaca o fato de ter sido incluída entre os princípios fundamentais da Ordem Econômica a defesa do meio-ambiente e passaram a constar na Constituição que as terras devolutas da União são indispensáveis para a preservação.

O conceito de "terra produtiva" é um conceito perigoso — diz. — Isso tem de ser objeto de acordo, inclusive com as UDR. Para nós, preservação é função social. Outra conquista é o fato de União, estado e município poderem legislar sobre a matéria, assim como a conceituação de crime ecológico e a qualificação da Amazônia, o Pantanal e todas as demais áreas críticas como patrimônio nacional.

Vigilância — Pela futura Constituição, qualquer cidadão poderá acionar a União, entidade ou empresa que estiver causando danos à ecologia. Feldman reconhece que as conquistas na futura Carta terão muito mais um caráter preventivo, não tratando com o necessário vigor dos problemas causados, por exemplo, pela urbanização desordenada. No entanto, diz, todas as conquistas constitucionais, dependerão da organização da sociedade civil.

Minc anuncia para o dia 19 de novembro, dia da bandeira, o início da campanha pública da SOS Mata Atlântica sob o slogan "Estão tirando o verde da bandeira". A campanha destina-se a sensibilizar a opinião pública para o problema da vegetação da Serra do Mar, a seu, ver, mais ameaçada que a Amazônia ou o Pantanal. "É mais importante e maior em densidade", diz o deputado verde anunciando que a SOS fará levantamentos através do Instituto Nacional de Pesquisas especiais para exercer vigilância sobre a região.

Fábio Feldman participará da reunião em Nova Iorque na qual a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento deverá apresentar ao plenário da ONU seu relatório sobre a preservação dos meios naturais no mundo de 20 a 30 de setembro.



Fábio Feldman